



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Objeto:** Registro de preços para fornecimento de água mineral em garrafão de 20 litros, com sistema de troca.

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1** Aquisição de água mineral, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE PARA 5 ANOS
Único	Água mineral natural ou potável de mesa, sem gás, em garrafão retornável de 20 litros, com sistema de troca obrigatório (entrega de garrafões cheios e retirada dos vazios), lacre de segurança inviolável, validade mínima de 6 (seis) meses no ato da entrega.	445485	Garrafão	1.500	7.500

**1.2** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**1.3** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

**1.4** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

**1.4.1** Utilizar-se-á para o cálculo do reajuste dos valores o IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, considerando para efeito da anualidade a data da apresentação da proposta, devendo a CONTRATADA demonstrar o respectivo aumento por meio de planilha de custos e formação de preço.

**1.4.2** O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, pois decorre de necessidades permanentes ou prolongadas de abastecimento de água potável aos ocupantes do Tribunal, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando sua previsão no Plano Plurianual e no Plano de Contratações Anual.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.1** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) 24955774, anexo deste Termo de Referência, especialmente nos itens:

- A. Descrição sucinta da necessidade
- B. Justificativa expressa para a contratação

- D. Proposta de solução (sistema de troca)

**2.2** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 24955495, conforme documento próprio.

**2.3** A contratação é necessária para garantir o abastecimento regular de água potável aos ocupantes do Tribunal, por meio de sistema logístico simples e sustentável (troca), sem necessidade de aquisição ou manutenção de equipamentos.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), anexo deste Termo de Referência, compreendendo:

- Registro de preços para fornecimento de água mineral em garrafão de 20 litros;
- Sistema de troca obrigatório (entrega de cheios + retirada de vazios);
- Entrega parcelada semanal;
- Logística reversa integrada (vasilhame retornável).

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1 Sustentabilidade**

**4.1.1** Os requisitos de sustentabilidade estão descritos nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), especialmente no item E.2, devendo ser observados:

- Utilização de vasilhame retornável (sistema de troca);
- Exigência de logística reversa (PNRS – Lei 12.305/2010);
- Prioridade para fornecedores com certificação ambiental (INMETRO/ABINAM);
- Fundamentação: IN nº 01/2010, Guia de Licitações Sustentáveis da AGU.

#### **4.2 Subcontratação**

**4.2.1** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, por se tratar de fornecimento padronizado e contínuo, com necessidade de responsabilidade direta da contratada sobre a qualidade e a logística reversa.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1** As quantidades anuais do item (1.500 garrafões) serão empenhadas e entregues conforme a necessidade da unidade, respeitada a dotação orçamentária.

**5.2** O item único (água mineral em garrafão de 20 litros) deverá ser entregue no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento do pedido elaborado pela unidade requisitante via e-mail ou sistema eletrônico.

**5.3** Tendo em vista o espaço para estoque na unidade, o item será entregue conforme necessidade, geralmente em entregas semanais ou quinzenais, estimadas em 50 garrafões por semana.

**5.4** Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, 3999 – Bairro Canarinho – Boa Vista – RR.

**5.5** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**5.6** O item único (água mineral em garrafão de 20 litros) deverá ter, no ato da entrega, validade mínima de 6 (seis) meses.

**5.7** O fornecedor deverá realizar a troca obrigatória dos garrafões vazios por cheios, no ato da entrega, sem ônus adicional para a Administração.

### **5.8 Prazo de garantia**

**5.8.1** O prazo de garantia contratual dos bens é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), sendo de 90 (noventa) dias para produtos não duráveis, contados do recebimento definitivo.

**5.8.2** A garantia abrange a substituição imediata de garrafões que apresentem vazamento, violação do lacre, contaminação ou qualquer outro defeito de fabricação.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1** A Ata de Registro de Preços e o contrato dela decorrente deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021.

**6.2** As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.3** A execução da ata/contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor da ata e pelo fiscal do contrato, designados nos autos.

**6.4** O gestor da ata anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.5** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor emitirá notificações para a correção, determinando prazo para a correção.

**6.6** O gestor da ata verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento e a formalização de prorrogações.

**6.7** O gestor da ata deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento do Objeto**

**7.1** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações.

**7.2** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco)

dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo detalhado.

### **Liquidação**

**7.4** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.

**7.5** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras.

### **Do prazo de pagamento**

**7.6** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

### **Da forma de pagamento**

**7.7** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.8** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**8.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 14.133/2021.

**8.2** Será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme art. 40, inciso II, da Lei 14.133/2021 e Decreto 11.462/2023, justificado pela necessidade de contratações parceladas e contínuas ao longo do período.

**8.3** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período.

**8.4** Serão admitidas adesões à Ata de Registro de Preços apenas por órgãos do Poder Judiciário, nos termos do art. 30 da Resolução CJF 842/2023.

### **Exigências de habilitação**

**8.5** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

**8.6 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.7 Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

**8.8 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**8.9 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de

funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**8.10 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.11 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**8.12 Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.13 Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

**8.14 Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

**8.15** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.16** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

**8.17** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.18** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**8.19** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

#### **Qualificação Técnica**

**8.20** Comprovação de aptidão para o fornecimento de água mineral em garrafões de 20 litros com sistema de troca, por meio da apresentação de certidões ou atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**8.21** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1** O custo estimado total da contratação será definido pela Seção de Licitações e Contratos (Selit), setor especializado em precificações.

## **10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 090039/00001;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 02061003342570001 (PTRES 168312);

IV) Elemento de Despesa: 33903007.

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1** Integram este Termo de Referência, para todos os fins de direito:

Estudo Técnico Preliminar (ETP) – documento SEI nº 24955774 .

**11.2** Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com observância da Lei 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.



Documento assinado eletronicamente por **Altino da Silva Neto, Supervisor(a) de Seção**, em 17/04/2026, às 17:29 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **24957606** e o código CRC **870B7654**.